

CARTILHA DA DÍVIDA PÚBLICA DO RS 2016



www.auditoriacidada.org.br



O Estado do Rio Grande do Sul atravessa uma crise financeira sem precedentes. A dívida pública é um dos seus componentes mais importantes. Atualmente somos o estado com a maior dívida da nação.

O MOVIMENTO DA **AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA PÚBLICA** tem denunciado a existência de um **SISTEMA DA DÍVIDA** estruturado para manter o fluxo dos recursos públicos para os banqueiros e luta por uma **AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA**. O Rio Grande do Sul e outros Estados da Federação Brasileira como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Alagoas e Municípios como São Paulo e Rio de Janeiro, encontram-se garroteados pelo pagamento de dívidas. Foram levados à Federalização das suas dívidas em momento difícil da década de 90. Época de implantação do Plano Real que controlou a inflação galopante, mas trouxe juros estratosféricos. Nosso contrato é de 1998. Atualmente, o Estado arrecada muito, investe pouco e não aplica o suficiente para atender as necessidades básicas da população. Entregamos R\$ 3,7 bilhões em 2015 para pagamento de juros da dívida e continuamos devendo R\$ 61,79 bilhões.

A sociedade organizada atua para mudar essa realidade. A Assembleia Legislativa constituiu uma Frente Parlamentar para suspender o pagamento da dívida e realizar uma auditoria. Iniciativas de dispositivos legais para sua realização já foram tentadas. Só o engajamento da cidadania nesta causa a fará avançar. Não se trata de gauchismo, está em debate a Federação Brasileira e a autonomia dos Estados e Municípios. Não é causa de Governo, é causa de Estado.

PARTICIPE DESSA PELEIA!

1. O QUE É A DÍVIDA PÚBLICA? O QUE É O SISTEMA DA DÍVIDA?

A dívida pública é o conjunto dos débitos contraídos pelo Poder Público para prestar seus serviços. Ela deveria se transformar em estradas, moradias, tratamento de água e esgoto. A Auditoria Cidadã constatou que ela se transformou na maneira de vincular o Estado à forma mais avançada de valorização do capital: a valorização financeira.

A DÍVIDA PÚBLICA SE REPRODUZ SEM UMA PRESTAÇÃO REAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS À SOCIEDADE GAÚCHA E SERVE DE ALIMENTO AOS BANQUEIROS.

2. QUAL O TAMANHO DA DÍVIDA DO ESTADO?

Em dezembro de 2015 o valor total da dívida estadual de longo prazo alcançou R\$ 61,79 bilhões. 83,5% eram dívidas com a União.

3. POR QUE SURTIU A DÍVIDA COM A UNIÃO?

Até 1997, antes da assinatura do contrato, a maior parte da dívida do Estado era composta de títulos públicos lançados no mercado, a chamada dívida mobiliária. Com a edição do Plano Real (1994) e a adoção de uma política de combate à inflação baseada em altas taxas de juros, o estoque da dívida estadual apresentou um aumento significativo sem aporte de novos recursos. **ENTRE 1994 E 1998 NOSSA DÍVIDA CRESCERAM R\$ 30 BILHÕES** (em valores de dez/15). Todos os Estados da Federação sofreram com essa política, o que obrigou a União a buscar soluções para estabilizar minimamente a crise financeira dos Estados. A principal medida foi a consolidação das dívidas estaduais, sob a égide da Lei Federal nº 9.496/1997, que também obrigou os Estados a seguirem políticas econômicas alinhadas aos interesses da União. Com isso, a União passou a intervir na gestão financeira dos Estados através do estabelecimento de metas a serem cumpridas. Em trabalho de auditoria realizado em 1999, apenas um ano depois do contrato, **OS AUDITORES EXTERNOS DO TRIBUNAL DE CONTAS do RS CONCLUÍRAM QUE “O CONTRATO DE REFINANCIAMENTO RETIRA DO ESTADO A AUTONOMIA FINANCEIRA E ADMINISTRATIVA PREVISTA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.”**

4. O CONTRATO FOI ESTABELECIDO EM BASES JUSTAS?

Não! Na verdade **O CONTRATO FIRMADO FOI ALTAMENTE PREJUDICIAL PARA O NOSSO POVO.** Cálculos do próprio Tesouro do Estado, ao comparar o custo da dívida estadual, medido pelo comprometimento dos encargos da dívida em relação à receita líquida real (RLR), informam que no período anterior à assinatura do contrato (1991/1997) o serviço da dívida consumiu em média 8% da RLR. No período pós-contrato (1998/2015) esse serviço representou 16,63% da RLR. Ou seja, mais que dobrou!

O RESULTADO DA RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA ESTADUAL FOI UMA BRUTAL REDUÇÃO DA CAPACIDADE DE INVESTIMENTO PÚBLICO DO RS.

5. COMO DÍVIDA COM A UNIÃO CRESCERAM DEPOIS DO ACORDO?

Cálculos efetuados pela Secretaria da Fazenda do RS revelam que contratamos com a União em 1998 o valor R\$ 9,56 bilhões, já pagamos R\$ 24,8 bilhões e, em 31/12/2015, ainda devíamos R\$ 51,6 bilhões.

O CONTRATO FIRMADO SE TRANSFORMOU NUMA GRANDE AGIOTAGEM! NOS TERMOS EM QUE ESTÁ, A DÍVIDA É IMPAGÁVEL!

6. O QUE PODE SER FEITO PARA MELHORAR ESSA SITUAÇÃO?

A sociedade gaúcha organizada, liderada por diversas entidades sindicais de servidores públicos, já produziu um grande movimento cívico em 2011/2012 denominado “Dívida Pública do RS: VAMOS PASSAR A LIMPO ESSA CONTA!”. Ocorreu um grande debate com a sociedade, estudantes, sindicalistas, empresários, intelectuais e cidadãos em geral. Em 2012 a Assembleia do RS montou uma Comissão Especial da Dívida Pública para tratar do tema e o Tribunal de Contas já realizou dois estudos recentes sobre a dívida do RS. A pressão popular e política levou a União a apresentar em 2013 um Projeto de Lei Complementar que permite alterar o contrato original, melhorando um pouco a situação: a Lei Complementar nº 148/2014. O grande avanço foi **ADMITIR QUE A DÍVIDA DEVE SER CORRIGIDA PELO ÍNDICE DEFENDIDO PELO NOSSO MOVIMENTO: O IPCA**. Além disso, admite a retroatividade do contrato desde a origem, mas pela SELIC (a taxa básica de juros). Uniformizou a taxa de juros em 4%.

7. A NOVA LEI RESOLVE OS PROBLEMAS DO RS?

Na verdade, a sua aplicação diminui nossa dívida com a União em R\$ 3,7 bilhões (valores de dez/2015). Mas não reduz nosso pagamento anual que em 2015 foi de R\$ 3,706 bilhões. Para 2016 estão previstos pagamentos de R\$ 4,1 bilhões. Além disso, a aplicação da lei foi sendo adiada sucessivamente desde sua aprovação em 2014 e até hoje está em discussão.

8. O QUE A UNIÃO PRETENDE COM DISCUSSÃO NO CONGRESSO?

O que a União pretende é validar um saldo contra o RS que em dez/2015 somava R\$ 51,6 bilhões. Acontece que governo do RS tem duas ações judiciais tramitando no Supremo Tribunal Federal em que comprova que esse valor já está pago. Os cálculos do Núcleo Gaúcho da Auditoria Cidadã vão no mesmo sentido.

NÃO HÁ, PORTANTO, RAZÕES PARA APROVAR UMA NEGOCIAÇÃO ALTAMENTE PREJUDICIAL AO RS.

9. O QUE PRECISA SER REVISTO NO CONTRATO?

O novo índice de correção (IPCA) deve ser adotado desde o início do contrato. Ele é o índice oficial que mede a inflação. O índice original (IGP-DI), no período 1999/2015, variou 315%, enquanto o IPCA variou 208%. Os juros anuais devem ser zerados. No mesmo período, variaram 839%. Não faz sentido a União cobrar juro numa relação que deveria ser de parceria/solidariedade com os Estados e Municípios! O recálculo com base nos novos parâmetros (conforme cálculos do Tribunal de Contas do RS) resulta na quitação da dívida em maio/2013. **EM MAIO/2015 A UNIÃO JÁ ESTARIA DEVENDO R\$ 5,9 BILHÕES AO RS!**

EXPEDIENTE:

Texto produzido pelo CEAPE-Sindicato, Sindicato dos Auditores Externos do TCE/RS (ceapetce@terra.com.br, 51 3086.5267), como contribuição aos debates na sociedade e no Núcleo Gaúcho da Auditoria Cidadã da Dívida Pública (www.auditoriacidada.org.br) - Agosto/2016.

10. QUAL O SIGNIFICADO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS EM TERMOS DE ECONOMIA POLÍTICA?

A economia mundial vive um período conhecido como de expansão financeira do capital. Desde a década de 70, quando o Brasil conheceu o chamado MILAGRE ECONÔMICO, vem se observando um período de excesso de dinheiro no mercado mundial. Nas economias centrais as taxas de juros são negativas. A dívida pública dos Estados Nacionais tem absorvido esse dinheiro excedente. Para se ter uma ideia da sua magnitude, a União gastou com a própria dívida em 2015, segundo dados da Auditoria Cidadã da Dívida, 42,43% do seu orçamento, equivalente a R\$ 962,31 bilhões do orçamento. Isso é quase a metade do orçamento executado pela União em 2015. **SÃO MAIS DE R\$ 2,5 BILHÕES POR DIA!**

E as dívidas dos Estados membros acabam carreadas para esse sumidouro. Assim, o contrato firmado entre o RS e a União com base na **LEI FEDERAL Nº 9.496/1997, É O FIO CONDUTOR QUE LIGA O ESTADO A ESSE PROCESSO DE FINANCEIRIZAÇÃO MUNDIAL**, pois referida lei obriga a União a gastar na sua dívida tudo o que arrecada dos Estados.

ESSA DÍVIDA ACABA POR LIMITAR A APLICAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS EM ATIVIDADES ESSENCIAIS AO DESENVOLVIMENTO LOCAL OU AO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS MÍNIMAS COMO SAÚDE E EDUCAÇÃO.

11. QUAIS AS RAZÕES JUSTIFICADORAS, DETERMINANTES, PARA REALIZAÇÃO DE AUDITORIA?

Conhecer a origem da dívida e identificar sua legitimidade. Apurar uma série de indícios de ilegalidades que aparecem na formação da dívida e que foram incorporados no contrato de Federalização: sucessivos danos ao patrimônio público nas operações de mercado aberto, definição da taxa de juros e atualização baseados em interesses dos bancos, contabilização de juros como se fosse amortização, cálculo ilegal de juros sobre juros, burla à Constituição Federal e lesão ao Princípio Federativo. **PARA CONHECER QUANTO EFETIVAMENTE É DEVIDO, É INDISPENSÁVEL QUE SE FAÇA UMA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA.**

Em agosto/2016 foi criada no Congresso Nacional a “Frente Parlamentar Mista pela Auditoria da Dívida Pública com Participação Popular”. Trata-se de iniciativa que deve ser reproduzida nos Parlamentos Estaduais. A Frente Nacional já conta com a participação de mais de 70 entidades e seguirá acolhendo mais adesões. Foram formados grupos de estudos sob a coordenação de Maria Lúcia Fattorelli. Para incluir sua entidade na Frente Parlamentar Mista ou para obter informações e participar dos grupos de estudos, contatar a Auditoria Cidadã da Dívida Pública pelo fone: 61-2193-9731, ou pelo site: www.auditoriacidada.org.br, ou pelo e-mail: auditoriacidada@gmail.com.

12. A DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL E A VIDA DO CIDADÃO: TUDO PARA OS BANQUEIROS, NADA PARA O POVO!

Em 2015 os encargos da dívida do Governo Federal (juros e amortizações, inclusive a rolagem) consumiram 42,43% de suas despesas. De cada R\$ 100,00 de gastos da União, R\$ 42,43 foram para pagar juros. Em segundo lugar veio a previdência social com 22,69%. Educação, saúde, ciência e tecnologia, assistência social, trabalho e segurança pública, juntos somaram 14,59%.

Os gastos sociais não alcançaram sequer um terço dos gastos com a dívida. Para 2016 haverá um agravamento da situação. Resultado: vai aumentar a participação dos pagamentos da dívida no orçamento da União e diminuir os gastos sociais e investimentos em infraestrutura.

Assim, aumentam as dificuldades para o Estado aplicar recursos que beneficiam diretamente a população. **OS GASTOS SOCIAIS, NECESSIDADES PRIMÁRIAS DO POVO, SÃO DESATENDIDOS. A MAIOR PARTE DO BOLO ORÇAMENTÁRIO É DESTINADA AOS RENTISTAS DA DÍVIDA PÚBLICA.** É urgente uma Auditoria Cidadã desta dívida, para identificar e afastar o que não é devido e destinar os recursos do Estado para atender as necessidades do povo.

Tudo para os BANQUEIROS, nada para o POVO!

